

Fazenda Pública

ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ

2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

EDITAL DO ART. 156, parágrafo único DA LEI 1101/2005 - ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA

PRAZO de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS

ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA DE PCE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI (CNPJ/MF Nº 15.780.876/0001-75).

PROCESSO Nº 0001339-27.2021.8.16.0037

PARA CONHECIMENTO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS PARA TOMAREM CIÊNCIA ACERCA DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA DE MASSA FALIDA PCE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI (CNPJ/MF Nº 15.780.876/0001-75), NOS TERMOS DO ART. 114-A DA LEI Nº 11.101/2005.

A DOUTORA LUCIANE PEREIRA RAMOS, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital em conformidade com o ARTIGO 156, da Lei 1101/2005, que nos termos do ARTIGO 114-A DA LEI 11.101/2005, na data de 29/06/2023, fora declarada encerrada a falência da MASSA FALIDA PCE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI (CNPJ/MF Nº 15.780.876/0001-75).

Assim pelo presente fica público o encerramento da falência e notificados os interessados de que, querendo apresentem recurso de apelação no prazo legal, que se seguirem à publicação do presente Edital pelo Diário da Justiça, nos termos da sentença, a saber:

ÍTEGRA DE DECISÃO DE ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA (mov. 190.1):

"Vistos e examinados, Trata a demanda de pedido de autofalência ajuizado por PCE do Brasil Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Eireli. A falência foi decretada em 25 de agosto de 2021, mov. 40. Após a realização das diligências necessárias, o Administrador Judicial informou ao Juízo acerca da inexistência de bens para a satisfação do passivo, mov. 158, requerendo o encerramento da falência. Foi publicado o Edital exigido pelo artigo 114-A da LFRJ, mov. 175. A Serventia certificou a falta de manifestação de eventuais interessados, mov. 177. O Administrador Judicial apresentou seu Relatório, mov. 180. O Ministério Público pugnou pelo encerramento da falência, mov. 184. É o breve relatório. Diante da inexistência de bens e credores interessados no prosseguimento da falência, vislumbra-se a hipótese do artigo 114-A da LFRJ, devendo a lide encerrar-se sumariamente. Não obstante as tentativas para localização de bens e valores em nome da falida, o ativo arrecadado não foi suficiente para pagamento dos credores. Publicado o edital, não houve manifestação de credores ou terceiros interessados, tendo o Ministério Público emitido parecer favorável quanto ao pedido do Administrador Judicial de encerramento da falência. Sem movimentação de ativos ou recursos, havendo concordância ministerial, dispense o Administrador Judicial de prestar contas em autos apartados, como requer em mov. 180. Por fim, indefiro o pedido de pagamento de honorários em favor do Administrador Judicial, uma vez que além de não haver previsão legal que ampare o pedido de pagamento pelo Estado, como bem pontuado pelo artigo 24 da LFRJ, os honorários do Administrador Judicial serão fixados com base na capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes, e em se tratando em falência frustrada inexistente capacidade de pagamento pelo devedor, portanto não há que se falar em pagamento de honorários. Ante ao exposto, com fulcro no artigo 114-A da LFRJ, declaro encerrada a falência de PCE do Brasil Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Eireli, sendo o falido responsável pela satisfação do passivo na forma do relatório do Administrador Judicial, mov. 180. Cumpra-se a determinação prevista no parágrafo único do artigo 156 da LFRJ, expedindo-se edital de encerramento. Existindo penhoras no rosto dos autos, oficiem-se os Juízes competentes para que, ante o encerramento deste feito falimentar, determinem o levantamento das penhoras anotadas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Aguarde-se o decurso do prazo recursal, o que deverá ser certificado, com o posterior arquivamento. Por fim, certifique-se o encerramento da presente falência em todas as demandas relacionadas a estes autos, as quais deverão ser feitas conclusas."

Anexos:**Sentença de ENCERRAMENTO DA Falência**

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6724770